

Programa de Procedimento

Saneamento ao Caramulo – 1ª Fase

ÍNDICE

- 1 - Identificação do concurso.
- 2 - Entidade adjudicante.
- 3 - Órgão que tomou a decisão de contratar.
- 4 - Órgão competente para prestar esclarecimentos.
- 5 - Erros e omissões
- 6 - Regras de participação
- 7 - Documentos de habilitação
- 8 - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
- 9 - Documentos que constituem a proposta
- 10 - Apresentação de propostas variantes
- 11 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas
- 12 - Critério de adjudicação:
- 13 - Preço base
- 14 - Prazo de execução do contrato
- 15 - Proposta base.
- 16 - Modalidade jurídica de associação de empresas.
- 17 - Modo de apresentação e entrega das propostas.
- 18 - Audiência prévia
- 19 - Prestação de caução
- 20 - Despesas e encargos
- 21 - Contrato
- 22 - Consulta e fornecimento de exemplares do processo
- 23 - Legislação aplicável.

Anexos

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Identificação do Concurso

1 - O presente Concurso Público tem por objeto a **Saneamento ao Caramulo – 1ª Fase**, em conformidade com o descrito no Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

ARTIGO 2.º

Entidade adjudicante

1 - A entidade adjudicante é o Município de Tondela, Largo da República, 16 – 3461 - 001 Tondela telefone 232 811110, fax 232 811120 , com o endereço eletrónico cmtondela@mail.telepac.pt plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no site www.acingov.pt

2 – O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos do presente Concurso Público e o respetivo projeto encontram-se disponíveis, para consulta nos **Serviços de Contratação Pública** da Câmara Municipal de Tondela, com o endereço eletrónico www.obraspublicas@cm-tondela.pt, onde podem ser examinados das 9h00 às 13,00 das 14,00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3 - Será da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1 - A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Tondela, datado de 25 de novembro de 2016.

ARTIGO 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do procedimento. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitadas pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito. Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

Os esclarecimentos e as retificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 5.º

Erros e omissões

1 – Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos:

a) Os que digam respeito a:

- i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessários à integral execução do objeto contrato a celebrar; ou
- iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

2 – Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao júri uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas

pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado suspende o prazo fixado apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

5 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 – O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 – As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.º 4 a 6.º, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

ARTIGO 6.º

Regras de participação

1 – Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.acingov.pt

b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças processuais.

ARTIGO 7.º

Documentos de habilitação

1 – Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar.

2 – Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.

3 – Alvará:

2ª Categoria – Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas

6ª subcategoria e da classe correspondente ao valor global da proposta.

1ª subcategoria e da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados.

ARTIGO 8.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1 – Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Tondela, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

3 – Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação de adjudicação.

ARTIGO 9.º

Documentos que constituem a proposta

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b)** Certidão Permanente;
- c)** Documento nos termos do modelo de proposta constante no anexo A;
- d)** Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, e preço total, que não devem incluir o IVA;
- e)** Nota justificativa do preço proposto, com eventuais esclarecimentos para preço anormalmente baixo;
- f)** Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º, do D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
 - e1) - plano de mão de obra;
 - e2) - plano de equipamento;
 - e3) – Plano de pagamentos;
- g)** Memória descritiva e justificativa de execução de obra;
- h)** Declaração com os elementos que se refere o n.º 4 do art.º 60 do CCP;
- i)** Documentação relativa ao Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho;
- j)** Documentação relativa ao Sistema de Prevenção e Gestão de Resíduos

ARTIGO 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 12.º

Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será feito nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 74º do CCP.

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao seguinte critério:

O preço unitário mais baixo dos artigos pela seguinte ordem:

1º - 2.4.2

2º - 2.1.1;

3º - 2.2.1.1;

ARTIGO 13.º

Preço base para efeitos de concurso

1 – O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso é de **218 904,24€** (duzentos e dezoito mil novecentos e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2 – Considera-se que o preço total resultante da **proposta é anormalmente baixo quando seja 15% ou mais inferior** ao preço base fixado no Caderno de Encargos.

ARTIGO 14.º

Prazo de execução do contrato

1 – O prazo contratual é de **240 dias** contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP.

ARTIGO 15.º

Proposta base

Tem o concorrente de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento, nos exatos termos em que foi posto a concurso (proposta base)

Serão tidas como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das propostas apresentadas ou de outros documentos que as acompanhem.

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 16.º

Modalidade jurídica de associação de empresa

1 – Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 – Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3 – Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4 – No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de

agrupamento complementar de empresas, sempre em regime de responsabilidade solidária passiva

ARTIGO 17.º

Modo de apresentação e entrega das propostas

- 1 – Os documentos que constituem a PROPOSTA são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2 – A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica, até às 23,59 horas do 20º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio em Diário da República.
- 3 – A proposta e os documentos são obrigatoriamente **redigidos em língua portuguesa**.

ARTIGO 18.º

Audiência Prévia

- 1 – A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 2 – Os concorrentes têm 5 dias após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

ARTIGO 19.º

Caução

- 1 - Será exigido pelo Município de Tondela a prestação de uma caução, 5% do valor da adjudicação, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e

pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

2 - A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

ARTIGO 20.º

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito bem como a prestação de caução, são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 21.º

Contrato

Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.

ARTIGO 22.º

Consulta e fornecimento de exemplares do processo

1 – As peças do procedimento encontram-se patentes, nos serviços e na plataforma eletrónica indicada no ponto 2.

ARTIGO 23.º

Legislação aplicável

ANEXOS

Anexo A
MODELO DE PROPOSTA

F... (indicar nome, Estado, profissão e morada, ou firma e sedê), titular do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas (ou, se for esse o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado ou alvará de empreiteiro de obras públicas)...(indicar o número), contendo as autorizações... (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objecto da empreitada de... (designação da obra), a que se refere o anúncio, datado de..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o caderno de encargos, pelo quantia de... Euros, (por extenso e por algarismos. Este valor corresponde ao valor da proposta com a incorporação do valor relativo aos erros e omissões). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

No cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, apresenta-se de forma expressa e inequívoca os seguintes documentos:

- a) Lista de preços unitários pelo valor de Euros
- b) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do n.º 5, do artigo 61.º do CCP, pelo valor de Euros
- c) O valor atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior, incorporado no preço indicado na proposta, pelo valor de Euros.

Às quantias supramencionadas acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data:

Assinatura:

ANEXO

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

[a que se refere o n.º 5 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos]

Em nome e a pedido de (1), vem o(a) (2) , pelo presente documento, prestar, a favor de (3), uma garantia bancária/seguro caução (4), até ao montante de (5),destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / n.ºs 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o Banco/Companhia de Seguros (6) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

..... (data)

..... (assinatura autenticada) *

* A(s) assinatura(s) têm que ser reconhecida(s) notarialmente

- (1) Identificação completa do adjudicatário.
- (2) Identificação completa da instituição garante.
- (3) Identificação completa da entidade beneficiária.
- (4) Eliminar o que não interessar.
- (5) Indicar o valor por extenso.
- (6) Eliminar o que não interessar.